

CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA EM DEBATE: DIFERENÇA FUNCIONAL¹, EDUCAÇÃO SUPERIOR E DECOLONIALIDADE

Thaís Aparecida Santos ²

Resumo

O presente estudo problematiza a noção de contribuição teórica a partir de sua aplicação ao campo da diferença funcional na educação superior. Partindo da formulação de Whetten (2003), analisa criticamente os critérios que definem o que é considerado conhecimento válido na produção científica. Ancorado na psicologia social crítica e em perspectivas decoloniais, adota uma abordagem qualitativa, de caráter teórico-analítico, fundamentada em revisão integrativa da literatura. A análise dos 10 estudos selecionados indica que modelos normativos de validação podem operar como mecanismos de exclusão epistêmica ao privilegiarem referenciais universalizantes e descontextualizados, contribuindo para a invisibilização de experiências e saberes de estudantes com diferença funcional. Os resultados evidenciam, ainda, que acesso, permanência, acessibilidade e reconhecimento epistemológico constituem dimensões articuladas da inclusão na educação superior. Conclui-se pela necessidade de ampliar a noção de contribuição teórica, incorporando conhecimentos situados, corporificados e historicamente produzidos, em favor de uma ciência mais plural, inclusiva e socialmente comprometida.

Palavras-chave: Diferença funcional; Educação superior; Decolonialidade; Inclusão.

THEORETICAL CONTRIBUTION IN DEBATE: FUNCTIONAL DIVERSITY, HIGHER EDUCATION AND DECOLONIALITY

Abstract

This article problematizes the notion of theoretical contribution through its application to the field of functional diversity in higher education. Based on Whetten's (2003) formulation, it critically examines the criteria that define what

¹Adota-se a expressão diferença funcional, por compreender que tal terminologia desloca o foco da suposta limitação individual para a análise das barreiras sociais e para a valorização da diversidade humana. O termo ganhou projeção no movimento de Vida Independente, especialmente em Palacios e Romañach (2006), sendo posteriormente debatido no Brasil por autores como Pereira (2009) e Carvalho-Freitas et al. (2017). A expressão pessoas com deficiência será mantida nas referências à legislação, documentos oficiais e títulos das obras citadas.

²Bacharela em Psicologia pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). Especialista em Psicologia da Educação – Aprendizagem e Neuropsicologia pela Faculdade Única. Mestra e doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Realizou doutorado sanduíche na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP), Portugal, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Psicóloga, pesquisadora e consultora nas áreas de inclusão, diferença funcional e interseccionalidade, com ênfase na Educação Superior. Desenvolve pesquisas na interface entre Psicologia Escolar e Educacional, Estudos Decoloniais e Educação Inclusiva.

is considered valid knowledge in scientific production. Grounded in critical social psychology and decolonial perspectives, the study adopts a qualitative, theoretical-analytical approach based on an integrative literature review. The analysis of the 10 selected studies indicates that normative validation models may operate as mechanisms of epistemic exclusion by privileging universalizing and decontextualized frameworks, thereby contributing to the marginalization of the experiences and knowledge of students with functional diversity. The results also show that access, permanence, accessibility, and epistemic recognition are interconnected dimensions of inclusion in higher education. The article concludes by arguing for an expanded notion of theoretical contribution that incorporates situated, embodied, and historically produced knowledge, fostering a more plural, inclusive, and socially committed science.

Keywords: Functional diversity; Higher education; Decoloniality; Inclusion.

LA CONTRIBUCIÓN TEÓRICA EN DEBATE: DIVERSIDAD FUNCIONAL, EDUCACIÓN SUPERIOR Y DECOLONIALIDAD

Resumen

Este artículo problematiza la noción de contribución teórica a partir de su aplicación al campo de la diversidad funcional en la educación superior. A partir de la formulación de Whetten (2003), analiza críticamente los criterios que definen lo que se considera conocimiento válido en la producción científica. Anclado en la psicología social crítica y en perspectivas decoloniales, adopta un enfoque cualitativo, de carácter teórico-analítico, basado en una revisión integrativa de la literatura. El análisis de los 10 estudios seleccionados indica que los modelos normativos de validación pueden operar como mecanismos de exclusión epistémica al privilegiar marcos universalizantes y descontextualizados, contribuyendo a la invisibilización de experiencias y saberes de estudiantes con diversidad funcional. Los resultados evidencian, además, que el acceso, la permanencia, la accesibilidad y el reconocimiento epistémico constituyen dimensiones articuladas de la inclusión en la educación superior. Se concluye que es necesario ampliar la noción de contribución teórica, incorporando conocimientos situados, corporizados e históricamente producidos, en favor de una ciencia más plural, inclusiva y socialmente comprometida.

Palabras clave: Diversidad funcional; Educación superior; Decolonialidad; Inclusión.

1. Introdução

A ampliação do acesso à educação superior nas últimas décadas tem favorecido o ingresso de estudantes com diferença funcional nas universidades. Entretanto, esse movimento não tem sido acompanhado, na mesma proporção, pelo reconhecimento epistemológico de suas experiências no campo acadêmico, onde seus modos de produzir conhecimento permanecem frequentemente marginalizados.

Nesse cenário, torna-se necessário examinar criticamente os critérios empregados para definir o que é reconhecido como contribuição teórica. Tais referenciais não operam como parâmetros neutros, pois se vinculam a tradições epistemológicas específicas que privilegiam formas de conhecimento universalizantes e descontextualizadas.

Como argumenta Mignolo (2003), os regimes de produção epistemológica mantêm vínculos históricos com a colonialidade do poder, o que ajuda a compreender por que determinadas formas de conhecimento são sistematicamente legitimadas em detrimento daquelas produzidas por grupos historicamente marginalizados.

Partindo dessa problemática, o presente estudo discute a noção de contribuição teórica no campo da diferença funcional na educação superior, problematizando os critérios que orientam a validação do conhecimento científico. Nesse sentido, indaga-se: i) em que medida os critérios tradicionais contribuem para a invisibilização das experiências de estudantes com diferença funcional? ii) de que maneira perspectivas críticas e decoloniais podem ampliar os regimes de validação do conhecimento na educação superior?

No âmbito da educação superior, esse debate assume especial relevância, uma vez que as universidades se configuram como espaços privilegiados de produção e legitimação do conhecimento. A presença de estudantes com diferença funcional questiona estruturas institucionais e epistemológicas, evidenciando limites nos modos tradicionais de ensinar, aprender e produzir saberes.

O artigo está estruturado em quatro partes: introdução, procedimentos metodológicos, análise e discussão dos resultados e considerações finais.

2. Metodologia

Esta pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter teórico-analítico, fundamentada na interpretação crítica de conceitos, significados e relações presentes na produção científica examinada. Orienta-se por uma perspectiva interpretativa, articulada a referenciais da psicologia social crítica e das perspectivas decoloniais, com o objetivo de problematizar a noção de contribuição teórica no campo da diferença funcional na educação superior.

Realizou-se uma revisão integrativa da literatura, compreendida como estratégia de síntese e análise crítica de produções científicas sobre determinada temática. Esse procedimento possibilita identificar estudos relevantes, mapear tendências e evidenciar lacunas no conhecimento (Botelho, Cunha e Macedo, 2011). Conforme Souza, Silva e Carvalho (2010), a revisão integrativa envolve etapas de formulação do problema, busca, análise e síntese dos dados.

O levantamento bibliográfico foi realizado no Portal de Periódicos CAPES, na SciELO e no Google Scholar. Utilizaram-se os descritores “diferença funcional e educação superior”, “deficiência e educação superior e inclusão” e “contribuição teórica e produção do conhecimento”. Para a composição da amostra, incluíram-se artigos disponíveis na íntegra, publicados entre 2000 e 2025, em português, inglês ou espanhol, vinculados à psicologia social, à educação ou a áreas afins e relacionados à diferença funcional na educação superior e/ou a perspectivas críticas ou decoloniais. Excluíram-se artigos incompletos, produções não avaliadas por pares, estudos fora do escopo temático e trabalhos sem relação direta com a problemática proposta.

A seleção ocorreu em etapas sucessivas: retirada de registros duplicados; leitura de títulos e resumos; aplicação dos critérios de elegibilidade; e leitura integral dos textos selecionados. Ao final desse processo, 10 artigos compuseram a amostra analisada.

A análise foi interpretativa e teórico-crítica, orientada pelos referenciais da psicologia social crítica e das perspectivas decoloniais. Os estudos foram examinados comparativamente quanto aos objetivos, métodos e principais resultados, buscando-se identificar convergências, tensões, lacunas e contribuições relacionadas à diferença funcional na educação superior. A síntese interpretativa foi organizada em três eixos: i) tensões epistemológicas na definição de contribuição teórica; ii) invisibilização de saberes na educação superior; e iii) contribuições das perspectivas decoloniais para a ampliação dos regimes de produção e validação do conhecimento.

3. Resultados e discussão

Durante a pesquisa, foram selecionados para análise os seguintes artigos, conforme a quadro abaixo:

Quadro 1 – Amostra final dos artigos selecionados (Continua ...)

Autor/Ano	Objetivo	Método	Resultados
Stroparo e Moreira (2016)	Examinar o papel da biblioteca universitária na inclusão	Estudo qualitativo (análise institucional/documental)	Evidencia que a biblioteca universitária é um espaço estratégico para a inclusão, mas ainda apresenta limitações em termos de acessibilidade, recursos e serviços especializados

Autor/Ano	Objetivo	Método	Resultados
Pereira et al. (2016)	Avaliar a produção científica sobre a inclusão de estudantes com diferença funcional na educação superior	Revisão sistemática da literatura	Aponta que a inclusão na educação superior é multidimensional, envolvendo acessibilidade, formação docente e recursos tecnológicos, além de demandar articulação institucional para sua efetivação
Gesser e Nuernberg (2017)	Explorar a participação de estudantes com diferença funcional física e visual na educação superior a partir das contribuições das teorias feministas da diferença funcional	Teórico-reflexivo	Indica que a participação na educação superior é atravessada por relações de poder e normas sociais, destacando a importância de perspectivas críticas para compreender a inclusão
Dussilek e Moreira (2017)	Compreender as condições de acesso e permanência de estudantes com diferença funcional na educação superior	Revisão sistemática da literatura (abordagem qualitativa)	Demonstra que, apesar da existência de políticas públicas, persistem lacunas entre diretrizes e práticas, comprometendo a permanência e a conclusão dos estudos
Wellichan e Souza (2017)	Identificar a inclusão de estudantes com diferença funcional na educação superior a partir da prática educacional	Qualitativo (estudo empírico)	Revela que há desafios na efetivação da inclusão, destacando barreiras institucionais, pedagógicas e atitudinais que impactam a permanência dos estudantes
Lustosa e Ribeiro (2020)	Discutir a inclusão de estudantes com diferença funcional na educação superior a partir das exigências de reconfiguração dos saberes, concepções e práticas docentes	Qualitativo (análise teórico-reflexiva)	Aponta que a inclusão demanda reconfiguração dos saberes docentes, das concepções de ensino e das práticas pedagógicas no contexto universitário
Antunes e Amorim (2020)	Investigar os desafios da docência na educação superior frente à inclusão de pessoas com diferença funcional nas universidades	Revisão de literatura com análise qualitativa	Mostra que a inclusão na educação superior impõe desafios à prática docente, relacionados à formação, às atitudes e à necessidade de ressignificação pedagógica

Autor/Ano	Objetivo	Método	Resultados
Justi e Hostins (2020)	Examinar as políticas públicas de inclusão para pessoas com diferença funcional na educação superior nos últimos dez anos	Revisão de literatura / análise documental	Sinaliza que há avanços nas políticas de inclusão, mas aponta a persistência de desafios relacionados à permanência e à acessibilidade no contexto universitário
Mendes (2022)	Analisar a política de reserva de vagas para pessoas com diferença funcional na educação superior	Análise documental e teórica	Destaca que a reserva de vagas amplia o acesso, mas não garante, por si só, condições efetivas de permanência e inclusão no contexto universitário
Araújo e Silva (2025)	Investigar as condições e estratégias de inclusão de estudantes com diferença funcional na educação superior	Revisão de literatura	Sugere que, apesar do aumento do acesso, persistem desafios relacionados à permanência, acessibilidade e participação, destacando a importância de ações institucionais integradas

Fonte: Elaboração própria (2026).

Com base no material selecionado, a literatura analisada reúne estudos empíricos sobre educação superior e contribuições teóricas que compreendem a diferença funcional como construção social, histórica e política. Essa articulação evidencia a necessidade de integrar diferentes níveis de análise na problematização da contribuição teórica.

Os estudos voltados à educação superior indicam que a inclusão de estudantes com diferença funcional não se restringe ao acesso institucional, envolvendo também desafios relacionados à permanência, à acessibilidade e ao pertencimento no ambiente universitário. Nesse contexto, destacam-se barreiras estruturais, pedagógicas e atitudinais que impactam as trajetórias acadêmicas desses estudantes.

As contribuições teóricas, por sua vez, ampliam a compreensão dos processos de produção do conhecimento ao demonstrar que a diferença funcional não pode ser reduzida a uma dimensão individual ou biomédica, devendo ser analisada a partir das relações de poder, dos marcadores sociais e dos contextos históricos que atravessam sua constituição.

Em conjunto, os estudos evidenciam a permanência de modelos normativos que condicionam o reconhecimento de indivíduos e saberes no campo acadêmico. As perspectivas decoloniais questionam tais lógicas ao indagam regimes hegemônicos de validação e ao valorizarem epistemologias produzidas em posições historicamente marginalizadas.

A partir dessa revisão, a discussão foi organizada em três eixos principais. O primeiro examina a centralidade de modelos normativos na definição do que

é reconhecido como teoria. O segundo aborda a produção acadêmica sobre diferença funcional na educação superior, com destaque para a invisibilização de saberes marginalizados. O terceiro discute as contribuições das perspectivas decoloniais para a ampliação dos regimes de validação do conhecimento.

3.1 Tensões epistemológicas e contribuição teórica na educação superior

A predominância de modelos normativos de contribuição teórica apoia-se em tradições epistemológicas que privilegiam a generalização, a universalidade e a normalização dos indivíduos. Tais parâmetros operam como mecanismos de legitimação do conhecimento, definindo de forma hierarquizada o que pode ser reconhecido como teoria e, simultaneamente, marginalizando outras formas de produção de saberes.

No campo da educação superior, essa lógica revela-se particularmente problemática diante da presença de estudantes com diferença funcional, cujas experiências frequentemente escapam a modelos explicativos homogêneos e universalizantes. Quando a validade teórica é associada exclusivamente à universalização e à busca por homogeneização, conhecimentos produzidos em contextos educacionais tendem a ser subordinados a padrões repetitivos que impõem uma única forma de ser, aprender e socializar.

A literatura analisada demonstra que, embora tenham ocorrido avanços nas políticas públicas de inclusão, persistem contradições entre diretrizes institucionais e condições de permanência, acessibilidade e participação acadêmica (Justi; Hostins, 2020; Dussilek; Moreira, 2017). Tais limites evidenciam que a exclusão não se manifesta apenas em episódios isolados, mas também em critérios e práticas institucionais que impõem formas restritas de aprendizagem e participação no espaço acadêmico.

Na perspectiva decolonial, essas dinâmicas podem ser compreendidas à luz da colonialidade do saber, que institui hierarquias entre formas de conhecimento e naturaliza padrões eurocentrados de validação científica. O que está em disputa, portanto, não é apenas a definição de contribuição teórica, mas os regimes epistemológicos que autorizam determinadas vozes e silenciam outras.

A universidade, enquanto instituição historicamente responsável pela produção e circulação do conhecimento, ocupa papel central na manutenção ou na problematização desses critérios epistemológicos. Quando reproduz parâmetros restritivos de cientificidade, tende a legitimar apenas determinadas formas de enunciação, linguagem e experiência, dificultando o reconhecimento de saberes produzidos por grupos historicamente marginalizados.

No campo da diferença funcional, tais processos produzem efeitos sobre a pesquisa, a docência e a permanência estudantil. Questões relativas à acessibilidade, ao pertencimento e às experiências corporificadas são frequentemente tratadas como temas periféricos, e não como dimensões de

elaboração teórica. Desse modo, ampliar a noção de contribuição teórica implica também revisar práticas institucionais e acadêmicas que limitam a diversidade de perspectivas na educação superior.

Nesse sentido, propõe-se ampliar a noção de contribuição teórica, compreendendo-a não apenas como elaboração restrita a referenciais universalizantes, mas também como conhecimento construído a partir de experiências históricas, sociais e educacionais. Tal perspectiva permite reconhecer a relevância de saberes produzidos por indivíduos e grupos historicamente marginalizados.

As disputas epistemológicas identificadas, portanto, ultrapassam as diferenças conceituais e expressam conflitos mais amplos em torno da legitimidade do conhecimento científico. Problematicar tais critérios contribui para a construção de abordagens comprometidas com a pluralidade epistemológica e com práticas acadêmicas mais equitativas.

3.2 Contribuição teórica na educação superior: limites dos modelos normativos

A formulação proposta por Whetten (2003) estabelece que uma contribuição teórica se estrutura a partir de quatro elementos centrais: o quê, o como, o porquê e os limites da teoria. Esse modelo tem sido amplamente utilizado como referência na avaliação da produção científica, orientando a construção e a legitimação de pesquisas em diferentes áreas do conhecimento.

Embora essa proposta contribua para a organização dos estudos, também estabelece parâmetros específicos sobre o que pode ser reconhecido como teoria. Quando adotados de forma rígida, tais critérios tendem a privilegiar produções alinhadas a referenciais universalizantes e a marginalizar conhecimentos vinculados a contextos históricos, sociais e institucionais. Nesse sentido, a própria noção de contribuição teórica pode ser compreendida como construção social atravessada por relações de poder e disputas epistemológicas.

No campo da educação superior, a utilização dos elementos “o quê”, “como” e “por quê” pode oferecer contribuições relevantes para a compreensão das trajetórias de estudantes com diferença funcional. O “o quê” permite identificar aspectos como acesso, permanência, políticas de inclusão e barreiras estruturais, pedagógicas e atitudinais. Entretanto, a simples enumeração desses fatores não constitui, por si só, elaboração teórica, sendo necessário compreender as relações que os articulam.

O “como” remete à análise dessas articulações, evidenciando de que maneira barreiras institucionais e simbólicas impactam a permanência estudantil, bem como o papel de marcadores sociais, como gênero e classe, nos processos de exclusão vivenciados no ambiente universitário. Já o “por quê” possibilita examinar os mecanismos que sustentam tais desigualdades.

No plano pedagógico, estudos indicam que a inclusão de estudantes com diferença funcional demanda a reconfiguração dos saberes docentes, das práticas de ensino e dos modos de organização universitária. Antunes e Amorim (2020), bem como Lustosa e Ribeiro (2020), evidenciam desafios formativos, atitudinais e metodológicos na docência universitária. Em diálogo com o referencial crítico e decolonial adotado neste estudo, tais desafios podem ser compreendidos como parte de estruturas normativas que restringem o reconhecimento da diversidade nos processos de ensino e aprendizagem.

Nas perspectivas críticas e decoloniais, a exclusão não se reduz à ausência de recursos materiais, mas relaciona-se a lógicas normativas e capacitistas que estruturam as instituições. Nessa direção, a diferença funcional deixa de ser entendida como parâmetro individual e passa a ser analisada como produção social e histórica.

A consideração de elementos como “quem”, “onde” e “quando” permite situar essas experiências em contextos específicos, evidenciando que estudantes com diferença funcional constituem grupo heterogêneo, atravessado por múltiplas formas de desigualdade. Tal aspecto desafia modelos explicativos homogêneos e generalizantes.

Nesse horizonte, torna-se fundamental problematizar quais concepções de inclusão orientam políticas e práticas na educação superior. Quando restrita ao ingresso, a inclusão tende a operar de forma limitada, exigindo que estudantes se adaptem a padrões institucionais previamente estabelecidos. Essa dinâmica reforça a centralidade de um indivíduo normativo, historicamente associado a ideais de capacidade, produtividade e autonomia.

Ao dialogar com perspectivas decoloniais, evidencia-se que a inclusão também requer questionar regimes hegemônicos de validação do saber e reconhecer conhecimentos produzidos a partir de posições marginalizadas (Pereira et al., 2016). Nesse sentido, embora as políticas de reserva de vagas tenham ampliado o acesso à educação superior, sua implementação, quando desvinculada de condições efetivas de permanência, tende a reproduzir barreiras capacitistas (Mendes, 2022).

A inclusão envolve ainda dimensões institucionais que ultrapassam a sala de aula, alcançando espaços como bibliotecas e serviços de apoio, os quais continuam apresentando limitações quanto à acessibilidade e à oferta de recursos (Stroparo; Moreira, 2016). De modo semelhante, estudos recentes indicam que, apesar dos avanços no acesso, a permanência e a participação efetiva permanecem como desafios centrais (Araújo; Silva, 2025).

A articulação entre “o quê”, “como” e “por quê” permite explicitar mecanismos que sustentam processos de exclusão, contribuindo para uma compreensão mais ampla do fenômeno e para a produção de conhecimento crítico. Assim, a contribuição teórica deste estudo reside na problematização de modelos normativos e na defesa de critérios mais amplos de validação científica, capazes de reconhecer saberes produzidos em experiências concretas e contextos historicamente marginalizados.

Nesse sentido, a adoção de modelos normativos de contribuição teórica, como o proposto por Whetten (2003), embora relevante para a sistematização do conhecimento, revela limites significativos quando aplicada a campos atravessados por desigualdades estruturais. A ênfase na generalização tende a invisibilizar saberes produzidos em contextos específicos e a reforçar critérios implícitos de legitimação. Problematicar a noção de contribuição teórica implica, portanto, não apenas questionar conteúdos, mas revisar os próprios parâmetros que regulam a produção científica.

3.3 Diferença funcional na educação superior: entre invisibilização e perspectivas decoloniais

No campo da diferença funcional na educação superior, estudos indicam que a inclusão não se restringe ao acesso formal, abrangendo também dimensões simbólicas, individuais, educacionais e epistemológicas. Nesse contexto, estudantes com diferença funcional vivenciam processos de inclusão e pertencimento, nos quais suas experiências são frequentemente deslegitimadas como fontes legítimas de produção de conhecimento.

Carvalho-Freitas (2009) e Gesser, Nuernberg e Toneli (2012) evidenciam que a deficiência deve ser compreendida para além de uma condição individual, considerando-se sua produção social e as relações de poder que atravessam as concepções sobre os corpos e as diferenças. Tal compreensão permite reconhecer que pessoas com diferença funcional foram historicamente submetidas a processos de exclusão em diferentes âmbitos. Na educação superior, essas dinâmicas se expressam na marginalização de experiências que revelam desigualdades estruturais, mas permanecem à margem dos critérios dominantes de validação científica.

A esse debate soma-se a contribuição de Diniz (2007), ao sustentar que a deficiência não pode ser compreendida apenas como uma questão corporal individual, devendo ser analisada em relação às barreiras sociais e institucionais que produzem desigualdades. Tal leitura reforça a necessidade de enfrentar o capacitismo e problematizar perspectivas estritamente biomédicas ainda presentes na educação superior.

Perspectivas críticas ampliam esse debate ao demonstrar que a inclusão não se reduz a dimensões materiais ou administrativas, envolvendo também disputas que atravessam os corpos, regulam formas de participação e definem possibilidades de reconhecimento no espaço acadêmico. Nesse sentido, as teorias feministas da deficiência questionam concepções normativas que organizam a universidade e evidenciam como determinados corpos são historicamente produzidos como desviantes (Gesser; Nuernberg, 2017).

Estudos empíricos também demonstram que a inclusão no cotidiano universitário permanece marcada por barreiras institucionais e pedagógicas que dificultam a participação plena dos estudantes, revelando distanciamentos entre normativas e práticas efetivas (Wellichan; Souza, 2017).

A partir de um horizonte decolonial e interseccional, torna-se necessário reconhecer que os processos de inclusão são atravessados por múltiplas opressões que não atuam de forma isolada. Marcadores como gênero, diferença funcional, classe e território produzem experiências distintas de acesso, permanência e reconhecimento, expondo os limites de políticas universalizantes.

Como destaca Nogueira (2017), a análise isolada desses marcadores revela relações de poder que estruturam desigualdades sociais. A perspectiva interseccional, ao contrário, permite compreender como tais eixos se entrecruzam, produzindo posições diferenciadas de privilégio e subalternização.

Nessa direção, Kilomba (2019) demonstra que saberes produzidos a partir de posições marginalizadas são frequentemente silenciados por não se adequarem às normas hegemônicas que definem o que pode ser reconhecido como conhecimento científico. Trata-se de silenciamento estrutural sustentado por critérios que se apresentam como neutros, embora reproduzam hierarquias epistêmicas.

Na perspectiva decolonial, Mignolo (2003) argumenta que a produção do conhecimento foi historicamente marcada pelo eurocentrismo e por relações vinculadas à colonialidade do poder, do saber e do ser. Nessa direção, a noção de contribuição teórica deixa de ser tomada como parâmetro universal e passa a ser problematizada como parte de processos de hierarquização dos saberes.

Aplicada ao campo da diferença funcional na educação superior, a proposta de Whetten (2003) evidencia limites quando associada de forma rígida, sobretudo ao privilegiar modelos generalizantes e descontextualizados. Tal perspectiva tende a desconsiderar conhecimentos produzidos a partir das experiências vividas com a diferença funcional.

Dessa forma, a invisibilização de saberes no campo da diferença funcional não se restringe à ausência de reconhecimento, constituindo efeito direto dos critérios que definem o que pode ser validado como conhecimento científico. Em contraposição, perspectivas decoloniais contribuem para deslocar o centro da enunciação e afirmar a pluralidade epistemológica como condição para uma ciência socialmente diversificada.

4. Considerações Finais

O presente estudo problematizou a noção de contribuição teórica a partir de sua aplicação ao campo da educação superior, evidenciando os limites de critérios tradicionais de validação do conhecimento quando confrontados com experiências relacionadas à diferença funcional.

A análise da literatura permitiu identificar que a centralidade de modelos normativos tende a invisibilizar saberes produzidos por indivíduos historicamente marginalizados, ao mesmo tempo em que reforça hierarquias epistemológicas no campo científico. Evidenciou-se, ainda, que a inclusão na

educação superior não se restringe ao acesso, envolvendo também disputas por reconhecimento, pertencimento e legitimidade no interior das instituições.

Sustenta-se, portanto, a ampliação do conceito de contribuição teórica, incorporando dimensões históricas, sociais e corporificadas na constituição do conhecimento. Tal deslocamento possibilita reconhecer a relevância de experiências e saberes frequentemente desconsiderados, contribuindo para a construção de práticas científicas mais plurais e socialmente comprometidas.

Os achados do estudo reforçam a necessidade de problematizar regimes hegemônicos de legitimação do conhecimento, uma vez que os critérios de validação científica não são neutros, mas historicamente hierarquizados e atravessados por relações de poder. Nessa direção, perspectivas críticas e decoloniais contribuem para deslocar o foco de referenciais universalizantes para a valorização de experiências diversas no campo educacional.

Como limitação, destaca-se o caráter teórico-analítico desta pesquisa, fundamentada em revisão integrativa da literatura. Além disso, a amostra final de 10 artigos e o recorte temático adotado circunscrevem o alcance das interpretações apresentadas, que não pretendem esgotar a produção existente sobre diferença funcional e educação superior. Investigações futuras poderão ampliar as bases consultadas e desenvolver estudos empíricos que aprofundem as experiências de estudantes com diferença funcional, especialmente nas articulações entre diferença funcional, interseccionalidade e distintas formas de produção e legitimação do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Katiuscia Cristina Vargas; AMORIM, Cassiano Caon. Os desafios da docência no ensino superior frente à inclusão de pessoas com deficiência nas universidades. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. esp. 2, p. 1465–1481, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/13800>. Acesso em: 10 mar. 2026.

ARAÚJO, Miriam Esperidião de; SILVA, Maria de Lourdes Ramos da. A inclusão de estudantes com deficiência na educação superior: um compromisso de todos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 43, n. 4, p. 1–24, 2025. DOI: 10.5007/2175-795X.2025.e96759. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/96759>. Acesso em: 19 mar. 2026.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11, p. 121–136, 2011. Disponível em: <https://ges.face.ufmg.br/index.php/gestaoesociedade/article/view/1220>. Acesso em: 9 abr. 2026.

CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda de. **A inserção de pessoas com deficiência em organizações brasileiras:** um estudo sobre concepções de deficiência, estratégias de ação e políticas de recursos humanos. 2009. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/items/ad5f70d7-ee07-44bd-b9e2-7aa2bb95de65>. Acesso em: 13 mar. 2026.

CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda de; SILVA, Orisvaldo Antônio da; TETTE, Raissa Pedrosa Gomes; SILVA, Cleuzilaine Vieira da. Diversidade em contextos de trabalho: pluralismo teórico e questões conceituais. **E&G Economia e Gestão, Belo Horizonte**, v. 17, n. 48, p. 174–191, set./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/economiaegestao/article/view/16769>. Acesso em: 19 abr. 2026.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência.** São Paulo: Brasiliense, 2007.

DUSSILEK, Carlos Alberto; MOREIRA, Jaqueline Costa Castilho. Inclusão no ensino superior: uma revisão sistemática das condições apresentadas aos estudantes com deficiência. **Research, Society and Development**, v. 6, n. 4, p. 317–341, 2017. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/124>. Acesso em: 14 mar. 2026.

GESSER, Marivete; NUERNBERG, Adriano Henrique. A participação dos estudantes com deficiência física e visual no ensino superior: apontamentos e contribuições das teorias feministas da deficiência. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 63, p. 151–166, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/ZcHW3WNByMmz9mVCMRPGJcv/>. Acesso em: 29 mar. 2026.

GESSER, Marivete; NUERNBERG, Adriano Henrique; TONELI, Maria Juracy. A contribuição do modelo social da deficiência à psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 3, p. 557–566, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/ZcHW3WNByMmz9mVCMRPGJcv/?lang=pt>. Acesso em: 29 mar. 2026.

JUSTI, Sany Regina Sardá; HOSTINS, Regina Célia Linhares. Políticas públicas de inclusão para pessoas com deficiência na educação superior nos últimos dez anos. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 14, e69913, 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-19692020000100209&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 mar. 2026.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LUSTOSA, Francisca Geny; RIBEIRO, Disneylândia Maria. Inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior: exigências de reconfiguração de saberes, concepções e práticas docentes. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. esp. 2, p. 1523–1537, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/13825>. Acesso em: 7 mar. 2026.

MENDES, Fátima Aparecida Gonçalves. A inclusão e a reserva de vagas para a pessoa com deficiência no ensino superior. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 11, n. 1, p. 312–324, 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/64910>. Acesso em: 12 mar. 2026.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

NOGUEIRA, Conceição. **Interseccionalidade e psicologia feminista**. Simões Filho: Editora Devires, 2017.

PALACIOS, Agustina; ROMANACH, Javier. **El modelo de la diversidad: la bioética y los derechos humanos como herramientas para alcanzar la plena dignidad en la diversidad funcional**. Madrid: Ediciones Diversitas, 2006.

PEREIRA, Ray. Diversidade funcional: a diferença e o histórico modelo de homem-padrão. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 715–728, jul./set. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/9d7FrYfH46n8V9JPwGcQVTf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 abr. 2026.

PEREIRA, Rosamaria Reo et al. Inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior: uma revisão sistemática. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 29, n. 54, p. 147–160, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/19898>. Acesso em: 18 mar. 2026.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein** (São Paulo), v. 8, n. 1, p. 102–106, 2010. Disponível em: <https://journal.einstein.br/pt-br/article/revisao-integrativa-o-que-e-e-como-fazer/>. Acesso em: 30 abr. 2026.

STROPARO, Eliane Maria; MOREIRA, Laura Ceretta. O papel da biblioteca universitária na inclusão de alunos com deficiência no ensino superior. **Educação**, Santa Maria, v. 41, n. 1, p. 209–222, 2016. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198464442016000100209&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 abr. 2026.

WELLICHAN, Danielle da Silva Pinheiro; SOUZA, Camila da Silva. A inclusão na prática: alunos com deficiência no ensino superior. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 21, n. 1, p. 146–166, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9786>. Acesso em: 9 mar. 2026.

WHETTEN, David A. O que constitui uma contribuição teórica? **Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 3, p. 69–73, 2003.

Responsabilidade Editorial: Célia Regina de Carvalho.
Recebido em: 21 de abril de 2026.
Aceito em: 24 de agosto de 2026.
Publicado em: 14 de setembro de 2026.